

# A CONJUNTURA ECONÔMICA BRASILEIRA

Parecer do Sr. MARCOS DE SOUSA DANTAS

exposto na Confederação Nacional do Comércio.

“O Brasil já enfrentou situações incomparavelmente mais graves que a presente. A do ensilhamento, por exemplo, nos primórdios da República, e a do café, em 1930, eram de solução mais difícil, e foram dominadas em pouco tempo. Para comprovação desta afirmativa, em relação à crise do café, o qual é base de nossa economia, cotejem-se os seguintes dados: em 1929-1930, as sobras de café retiradas no Brasil atingiam a cifra de 21.000.000 de sacas, enquanto que em 1955 tais sobras alcançam apenas 3.500.000, com uma diferença para menos de 17.500.000 sacas; em 1929-1930 as safras pendentes mundiais eram de 41.000.000 de sacas, quando em 1955 tais safras não vão além de 37.000.000, ou seja menos 4.000.000; os totais de sobras retidas no Brasil de safras pendentes mundiais foi, em 1929-1930 de 62.000.000 milhões de sacas e em 1955 de 40.500.000, com uma diferença para menos, portanto, de 21.000.000 de sacas. Considerando que o consumo mundial em 1929-1930 era de 25.700.000 sacas e que esse consumo em 1955 ascendeu para 32.000.000, com aumento de 6.300.000, vemos que, enquanto o excesso de produção foi, em 1929-1930 de 36.000.000 de sacas, em 1955 soma apenas 8.500.000, o que representa diferença para menos de 27.800.000 sacas. (Não estão computados nos dados acima os estoques nos portos, que nos períodos referidos eram normais e são indispensáveis à realização de negócio).

Há 25 anos, para um consumo mundial de menos de 26 milhões de sacas a disponibilidade era de

62.000.000, donde um excedente de 36 milhões. Hoje, para um consumo de 32 milhões, a oferta mundial (computadas as sobras brasileiras de 1954-1955, de 3.500.000 sacas) vai a 40.500.000, sendo portanto de apenas 8.500.000 o excedente que há 25 anos fora de 36.300.000, isto é, mais de quatro vezes maior.

Sustento assim (e não se trata de questão opinativa, pois minha afirmação se baseia em dados irrefutáveis) que é mais imaginária que real a chamada crise atual do café. A solução das dificuldades presentes, oriundas em parte de um excesso de oferta sobre a procura, nem só é possível, como se me afigura relativamente fácil e simples. Aliás, a administração do Sr. Oswaldo Aranha na pasta da Fazenda já vinha dando os primeiros passos nesse sentido.

Ela iniciou, com efeito, as primeiras gestões para aplicação de duas medidas de profundidade, de largo e seguro efeito, que em poucos anos corrigiriam erros acumulados desde o princípio deste século, normalizando a economia mundial do café, estabilizando os preços e restituindo ao Brasil parte pelos menos, da supremacia por ele antes usufruída. Essas medidas eram: 1) Um acôrdo internacional entre os países produtores, que resultasse em retirar do Brasil a exclusividade dos riscos, encargos e prejuízos, de uma defesa isolada, repartindo-os proporcional e equitativamente por todos os interessados. 2) O aumento substancial do consumo, fácil de se obter por meio de duas providências que se acham ao alcance de

nossa mão: a) intensificação ao máximo de uma propaganda bem dirigida, nos Estados Unidos e na Europa, e b) conquista de novos mercados, inclusive na chamada "cortina de ferro" mediante acôrdos comerciais e convênios de pagamento.

Não tenho dúvidas quanto aos resultados positivos dessa orientação. Bastaria que se conseguisse um aumento de 15% no consumo mundial para restabelecer-se o equilíbrio estatístico, nos próximos anos, e conseqüentemente a confiança nos mercados, a estabilidade dos preços e a prosperidade. É indispensável porém, que ela seja seguida com decisão, firmeza, sinceridade e energia e sobretudo, sem descontinuidade. E é indispensável também que se defendam os preços atuais temporariamente, isto é, até que aquelas providências, frutificando, dispensem definitivamente, de futuro, a intervenção defensiva dos governos na sustentação de preços.

Que o aumento de 15% no consumo, por meio de uma propaganda bem feita e de acôrdos comerciais inteligentemente concluídos não é uma utopia, comprovam-no os resultados de um modesto esforço tentado no sentido dessa propaganda, nos Estados Unidos, o qual provocou verdadeiro salto no seu consumo, que passou de 12 libras pêso "per capita" para 16,5 entre 1938 e 1941, e isto com recursos insignificantes, não superiores a 600.000 dólares por ano.

É que as medidas de emergência, destinadas à defesa dos preços atuais, considerados razoáveis pelos próprios consumidores, são indispensáveis, não há dúvida, também de que o são porque se as no tomarmos, o efeito salutar das medidas de profundidade, lento por sua própria natureza, só chegaria fora de tempo útil, isto é, depois da derrocada dos preços e da ruína dos países produtores.

Estou convencido de que as condições técnicas da economia mundial e brasileira do café não são de molde a se afirmar que ela atra-

vessa uma grave crise sem precedentes. Ao contrário disto, parece-me que com alguma firmeza, habilidade, imaginação e iniciativa, será conseguido o restabelecimento da sua tranquilidade e da sua propriedade.

Bastará, para tanto, que se restabeleça a confiança abalada, não destruída, pela inoperância e indecisão das autoridades, pela descontinuidade administrativa, e pela profunda crise, cujos reflexos desastrosos na economia são patentes.

A administração brasileira atual, segundo se deduz de sua atuação, parece ser contrária a essa orientação, e dá a impressão de propender para o abandono do café à sua própria sorte, restituindo-o a liberdade de comércio, o que vale dizer, à rendição incondicional aos baixistas, pois nas condições atuais de desequilíbrio, isto é, de oferta superior à procura, a abertura das compras importará na inundação mortal dos mercados.

Sou em tese, também eu, favorável à liberdade de comércio, mas penso que só poderemos voltar a êsse regime depois de asseguradas, pelas medidas acima sugeridas, condições de equilíbrio, estabilidade e confiança.

Disse que parece ser esta a tendência da atual administração brasileira porque, efetivamente, ela só tem tomado medidas negativas: 1) Suspendeu as compras de café e portanto a sustentação dos preços, quando, segundo os dizeres da própria comunicação oficial, as compras eram desnecessárias, porque: a) já fôra retirada do mercado a quantidade de café julgada excedente e, b) os mercados consumidores estavam desprovidos de estoques e precisavam comprar.

Se assim era, e efetivamente era assim, a comunicação oficial foi inoportuna e prejudicial, pois teve apenas um efeito psicológico depressivo. 2) Há quase 5 meses mantém sobre o comércio a ameaça de uma reforma cambial, em cujo centro está nova desvalorização do cruzeiro. Êste é outro fator poderoso de baixa, causador do retraimento

dos compradores e da paralização dos negócios e redução das exportações. O temor dessa reforma, sempre anunciada mas não efetivada, é a causa técnica imediata da desconfiança e da retração dos negócios. 3) As restrições impostas no financiamento do café (redução da base, maiores exigências burocráticas, limites cadastrais dos proponentes) são interpretadas como sinal de falta de firmeza e convicção na manutenção dos preços, e portanto são mais um elemento de desconfiança baixista. 4) O relaxamento na fiscalização dos embarques, no afã de forçar a exportação, redundou na desmoralização do mercado. Chegou a tal ponto o afrouxamento dessa fiscalização, que Santos, oficialmente, não exporta mais cafés finos. Só se vêem declarações de cafés riados, tipos 5 e 6. Com isto, os exportadores dispõem de sobras em dólares, que vendem no mercado livre, forçando as cotações para baixo. 5) Demonstrou sua aversão ao acôrdo internacional de produtores, por atitudes de visível hostilidade".

"Acrescentem-se aos males provocados por essa política — prosseguiu o Sr. Marcos de Souza Dantas — os decorrentes da grave crise política que se abateu sobre o país, que vive debaixo do receio e ameaças de golpes e outras soluções extra-legais, e chegar-se-á à conclusão de que as causas da suposta crise do café não se encontram em suas próprias condições econômicas, mas antes resultam da inoperância e indecisão da administração, para não dizer do desacerto de sua orientação; e da aguda e ameaçadora crise política que atinge a Nação.

Em outras palavras, não há crise insolúvel da economia cafeeira; há uma crise de confiança, motivada pelo próprio governo, e agravada pela crise política.

Isto quanto ao café, que abordamos mais extensamente e em primeiro lugar, porque não é possível apreciar a situação econômico-financeira geral do Brasil, sem antes dar aos setores do café a importância e preeminência de que ele des-

fruta, como produto-chave de nossa exportação.

Há outro setor, entretanto, que polariza as críticas dos pessimistas — é o da política cambial. Diz-se a este respeito que, por causa dela, o Brasil está perdido, porque seus compromissos cambiais se expressam pela "formidável" cifra de 2 bilhões de dólares; e atribui-se a responsabilidade dessa "enorme" dívida às administrações do Sr. Getúlio Vargas.

Esta "acusação", que parte de ignorantes ou dos inimigos do Senhor Vargas, é muito tola ou muito pérfida. Como quer que seja, impressionou a opinião, e faz-se necessário prestar-lhe informações que melhor a esclareçam.

Serão realmente insuportáveis, escandalosos e ameaçadores êsses compromissos, e desproporcionados aos recursos do Brasil? Cresceram êles, nos últimos 25 anos, em ritmo indesejável, desnecessário e ruinoso? Vejamos: 1) Em 1930 a dívida externa do país (União, Estados e Municípios) era superior a um bilhão e cem milhões de dólares, e havia atrasados comerciais no montante de cem milhões de dólares. Êsse total de um bilhão e duzentos milhões de dólares de 1930 corresponde a cerca de um bilhão e setecentos milhões de dólares em 1934, dada a desvalorização dessa moeda, verificada em 1933.

Se assim é, (essas cifras são incontestáveis) não cresceu, e antes diminuiu no espaço dos últimos 25 anos, o total dos compromissos cambiais do país.

Deduzindo-se essa disponibilidades em ouro do total de compromissos cambiais de 1954, chegamos ao seguinte resultado: Em 1930, o total de responsabilidades cambiais (em dólares de 1954), era de 1.700.000.000; em 1954 era de 2.000.000.000; deduzidos d'êles e s'êles 2.000.000.000 360.000.000 da reserva ouro, restam 1.640.000.000, o que representa diferença para menos, em 1954, de 60.000.000.

Ao mesmo tempo, entretanto, a exportação do Brasil passou de 264 milhões de dólares em 1930 (equi-

valente a 370 milhões de hoje), para 1.562.000.000 em 1954. O aumento foi de quase 1.200.000.000 de dólares.

Os compromissos totais são inferiores aos de 1930, enquanto que o valor de nossas exportações, é 350% maior. 2) Dir-se-á, talvez, que também cresceram nossas importações, e que portanto em nada nos teria aproveitado o aumento em valor das nossas exportações.

É claro que cresceram nossas importações. Nem podia deixar de ser assim, pois a população do Brasil aumentou, entre 1930 e 1954, em mais de 20 milhões de habitantes. Havia que atender às necessidades incessantemente crescentes do país, ao seu formidável desenvolvimento.

Mas o maior poder aquisitivo do Brasil, em moedas estrangeiras, foi em larga proporção aplicado em atividades reprodutivas, que hoje dão frutos. Houve desperdício, não há dúvida, mas de pequena monta, relativamente.

O importante é que, nesse período de cerca de 25 anos, verificou-se um aumento espantoso nas indústrias de base do país.

Esse é o ponto essencial da questão: o saber-se se aplicamos reprodutivamente as disponibilidades oriundas do surto de nossas exportações. Só assim se chegará a uma conclusão razoável. O progresso, enriquecimento ou o empobrecimento de uma empresa, tal como os de um país, não se aferem pela apreciação isolada do passivo. Há que compará-lo com o ativo.

Ora, um estudo comparativo dessa natureza leva-nos a conclusões extremamente animadoras, que em nada justificam o pessimismo ou o derrotismo que se observam hoje, não só, infelizmente, em parte da imprensa e do público, mas mesmo nas altas esferas do Governo.

Eis alguns exemplos do crescimento vertiginoso da produção industrial de base no Brasil, entre 1930 e 1954: 1930 — ferro gusa, 35.305 toneladas, 1954 — 1.089.889; 1930 — aço, 20.985 toneladas, 1954 — 1.171.893; 1930 — laminados,

20.716 toneladas, 1954 — 972.446; 1930 — carvão, 385.00 toneladas, 1954 — 2.019.000; 1930, cimento, 87.160 toneladas, 1954 — 2.405.625; 1930 — energia elétrica — potência instalada — HP, Light, 474.576, 1950 — 1.995.812; 1930 — idem tôdas as empresas, 10.044.373, 1954 — 3.762.212; 1930 — produção de energia quilowatts, Light, 875.051.000, 1954 — 6.996.264.000; 1930 — idem, tôdas as empresas, 2.730.000.000 (valor calculado), 1954 — 12.500.000.000 (valor calculado pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica); 1930 — valor da produção industrial, Cr\$ 5.907,00, 1954, 160.000.000 (dados provisórios do Conselho Nacional de Estatística).

De outro lado, a produção agrícola aumentou apreciavelmente, como se pode ver pelos números seguintes: 1930 — 34.404, com 1.025kg *per capita*; 1940 — 47.494, com 1.152kg *per capita*; 1950 — 66.066, com 1.272kg *per capita* e 1953 — 73.432, com 1.315kg *per capita*.

Figuram nessa relação apenas alguns exemplos do aumento prodigioso da capacidade produtiva industrial do país, o que veio libertá-lo, em grande parte, de suprimentos do exterior, e trazer-lhe enorme economia de divisas.

Se o Brasil não tivesse realizado esse esforço, teria que comprar anualmente no exterior (além do que ainda ali adquire), um milhão de toneladas de aço, mais de 2 milhões de toneladas de cimento, 2 milhões de toneladas de carvão, equivalente a muitos bilhões de cruzeiros.

Só a produção nacional de ferro gusa em 1954, alcançou o alto valor de quase 2 bilhões de cruzeiros, e a de cimento de mais de 2 bilhões e 500 milhões.

Considerem-se essas cifras, e mais, que além dessas realizações, montaram-se refinarias de petróleo, moinhos de trigo, inúmeras fábricas em todo o país, e chegar-se-á à conclusão de que o crescimento do parque industrial brasileiro, de sua capacidade de produção, e por-

tanto de economia de divisas, não se processou à custa de novas dívidas, mas sim com os recursos proporcionados por suas exportações, os quais foram por esta forma capitalizados. Quanto custaram, com efeito, quanto valem hoje, e quanto produzem as máquinas e as indústrias, os bens de produção, em suma, que adquirimos nesses 24 anos?

É pois uma tolice ou uma maldade, obra, no último caso, de baixa demagogia ou alucinado anarquismo, apresentar à opinião, como prova de insolvência e ruína do país, a cifra de 2 bilhões de dólares de suas responsabilidades em moedas estrangeiras. No total dessa cifra estão incluídos compromissos importantes, a médio e longo prazo, que podem perfeitamente ser honrados com os recursos normais de nossas exportações. Um país que exportou num só ano, em 1954, mais de um bilhão e 500 milhões de dólares, pode perfeitamente suportar, sem receio e sem desequilíbrio ou sacrifício, o serviço de amortização e juros de um passivo de 2 bilhões. Para isto, entretanto, é indispensável que o Governo dê o exemplo de coragem, fé e confiança nos destinos do país, e de provas palpáveis de ação, iniciativa, imaginação e trabalho. É indispensável que se substitua o clima de pessimismo e derrotismo por êle mesmo\*criado e mantido, juntamente com grande parte da imprensa, por um ambiente de sadio otimismo, que resultaria de realizações fecundas, de programas construtivos, de ordenação das finanças públicas, de combate à inflação.

A nenhum resultado chegaremos, entretanto, e a situação piorará perigosamente, se em lugar disto cruzarmos os braços, numa apatia mortal, entregando-nos aos azares da política do "laissez faire, laissez aller", abandonando a defesa do principal dos nossos produtos de exportação, o café, entregando-o à sua própria sorte, e até acenando aos compradores, em nota oficial, com perspectivas de baixa de preços.

Não será com efeito, por meio de uma série de medidas baixistas que

se reporá confiança nos mercados, estimulando a exportação e carregando para o país as divisas de que êle tanto precisa".

"Isto, quanto ao café — continuou o ex-presidente do Banco do Brasil — o que vale dizer, quanto à maior receita de "divisas". Mas, nem só de café vive o Brasil, e nem só pelo aumento de sua receita de exportação se conseguirá o equilíbrio de nossa balança de contas. Há onde cortar, e fundo, nas nossas despesas em dólares. E neste campo, o de ação mais fácil, rápida e promissora, é o dos combustíveis líquidos, o das importações de petróleo e derivados.

A êste propósito, e analisando fria e objetivamente a questão, cabe dizer o seguinte: O Brasil gasta anualmente mais ou menos 270 milhões de dólares, no pagamento de petróleo e derivados.

O funcionamento de refinarias nacionais já consegue apreciável economia de dólares, da ordem talvez de 30 a 40 milhões anualmente.

Esta economia poderia ser elevada ao dôbro, se aumentássemos a capacidade das refinarias, as quais atendem apenas a 50% de nossas necessidades. De outra parte, fácil é demonstrar que grande poupança se pode conseguir com a nacionalização dos fretes, de petroleiros, que consomem quantidades incríveis de divisas.

Tudo isto, sem falar na produção propriamente dita do petróleo, que não conseguimos ainda, em escala apreciável, porque perdemos anos e anos em discussões intermináveis, com um desperdício enorme de palavras e um mínimo de ação.

Alega-se que não agimos porque não temos recursos, quer em cruzeiros, quer em "divisas". Não é verdade. A Petrobrás dispõe de avultado crédito em conta corrente no Banco do Brasil, e já foi demonstrado que, mediante utilização de parte apenas (150 milhões de dólares) do ouro de que podemos dispor, porque livre e de propriedade do Tesouro Nacional, seria possível imprimir vigoroso impulso aos trabalhos de pesquisa, à duplicação da capacidade de nossas refinarias, e

à nacionalização dos fretes de petróleo. Se o Governo não resolve o problema, não é pois por falta de recursos ou mesmo de técnicos porque, dispondo de recursos pode, *ipso facto*, contratar os técnicos que precisar. É que, neste setor, como no do café, o que falta, na realidade, é disposição, energia, iniciativa, planificação, sobrando, infelizmente, apatia, burocracia, inércia e displicência.

Parece demonstrado que, atacando vigorosamente êsses dois únicos setores de nosso comércio com o exterior, é possível manter e mesmo aumentar a nossa receita de cambiais, de um lado, e reduzir a despesa, consideravelmente, do outro, retornando o país a uma situação de equilíbrio e prosperidade. A "crise" da economia brasileira não é portanto grave e insolúvel, e o país, economicamente, não está à beira do abismo.

Após essas breves considerações, respondo ao questionário da Confederação Nacional do Comércio:

1) Não julgo procedente a afirma-

ção segundo a qual o Brasil jamais enfrentou situação de tamanha gravidade quanto aos problemas de ordem econômico-financeira como a que ora atravessa. 2) Não é verdade que o país empobrece sempre mais. Ao contrário, tem enriquecido. 3) Acredito na existência de uma crise de confiança nos atos do Governo, que se manifesta tanto no âmbito nacional como no exterior. 4) Não é verdade que exportamos cada vez menos, como se comprova com os seguintes dados: Exportação — unidades — 1.000 toneladas — 1930, 2.274; 1940, 3.237; 1950, 3.819; 1954, 4.289. Exportação US\$ 1.000.000 — 1930, 314; 1940, 351; 1950, 1.331; 1954, 1.562. 5) Vivemos dentro de um círculo vicioso. A instabilidade econômica e financeira se reflete perigosamente nos fenômenos políticos nacionais e estes, por sua vez, agravam a situação econômico-financeira nacional. 6) Sim. Há, como parece demonstrado, uma segura política econômico-financeira a ser adotada com possibilidade de êxito, na atual emergência."

## Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital